



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

ATA N.º 22

15.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Aos trinta dias do mês de junho do ano dois mil e dezasseis, no auditório do Museu de Tapeçarias Guy Fino, em Portalegre, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre, com a presença dos seguintes membros: Constantina Andrade Henriques, António Pires Ventura, Jorge Manuel Martins Isidro Domingues, Hugo Chichorro e Silva Capote, João Nuno Cativo Cardoso, Luís Moreira Testa, Sara Cidrais Cid, José Miguel Moreira Serafim, Maria da Conceição Barradas Grilo, Amândio José Valente, Branca José Janeiro Santana, Luís Manuel Neves Pires Barata, Raúl Alberto Carrilho Cordeiro, Cristóvão da Conceição Ventura Crespo, Maria da Conceição Ceia Miranda, Ana Maria Soares Lopes, Rui Guerreiro Marques Simplício, Ana Carneiro, Manuel Canhoto (em substituição de Luís Alentejano), Sílvia Maria Miranda Relvas, Diogo Júlio Serra, Manuel Marques (em representação de Vera Alexandra Caixeiro, Marília Lacão (em representação de Luís Ricardo, Manuel Joaquim Lacão Carvalho, João Hermínio Henriques Janeiro, Bruno José Marchão Calha, João Garção (em representação de Francisco Manuel Carriço e Artur Jorge Coelho Correia. -----

A Presidente da Mesa, Constantina Henriques, deu por aberta a sessão eram 22:45 horas, tendo de seguida sido efetuada a chamada.-----

Luís Testa pediu a palavra à Mesa para dizer que não se opunha a que aquela Assembleia reunisse naquele espaço. Contudo, não concordava com a disposição da sala e solicitou que os rituais habituais fossem cumpridos, pois os membros ali presentes nem podiam interpelar frontalmente a Presidente da Câmara. A forma como ali estavam não era prestigante para aquele órgão. -----

A Presidente da Mesa informou que a situação não a chocava, nem havia ali nenhuma mistura institucional. Era necessário perceber que o facto de as pessoas estarem sentadas na plateia também acontecia frequentemente noutros órgãos e funcionava. Acrescentou que, no Regimento, não estava prevista a disposição da sala, fora da sede habitual, que é o Auditório dos Paços do Concelho. -----

Cristóvão Crespo disse que a questão não era de todo displicente e que não fazia nenhum sentido estarem na mesma fila, o executivo, outro grupo municipal e um jornalista.-----

Hugo Capote perguntou se seria possível arranjar forma de os membros do executivo se sentarem ao lado da Mesa da Assembleia. -----

A Presidente da Mesa disse que tal seria possível. -----

Intervenção do público:

Não houve qualquer intervenção do público a registar. -----

Período antes da ordem do dia:

A Presidente da Mesa informou que para além das substituições verificadas, três Presidentes de Junta fizeram-se representar.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Em seguida deu conhecimento da correspondência recebida pelos serviços de apoio à Assembleia. -----

Jorge Isidro solicitou à Presidente da Câmara informação sobre o documento que tinha recebido naquele dia, sobre o BPI e a participação ao Ministério Público. -----

A Presidente da Câmara informou que, no âmbito da participação feita ao Ministério Público, tinha havido um processo de inquérito, por parte da Judiciária e que o processo foi arquivado, uma vez que não existiam indícios de qualquer ordem, relativamente àquele assunto. -----

Jorge Isidro perguntou ainda se em relação ao pagamento em causa já havia alguma decisão. -

A Presidente da Câmara disse que não existiam quaisquer indícios, relativamente às suspeitas que tinham sido levantadas em sede de Assembleia. Algumas questões ficavam por responder mas não tinham a ver com a questão em si, mas sim do banco. Uma das que foi levantada em reunião de Câmara foi acerca da pressão que o banco exercia sobre o executivo municipal, mas tal assunto nunca foi explorado. Relativamente à investigação, referiu que várias pessoas tinham sido questionadas e o que estava plasmado no documento era que não existiam indícios de lesão do erário público e, portanto, que aquele dinheiro era uma dívida que a Câmara tinha nas suas contas. -----

Jorge Isidro questionou ainda se o ato em si era nulo e se a dívida foi negociada, se o montante da dívida que a Câmara poderia ter de liquidar era de 450.000€ ou de 700.000€ -----

A Presidente da Câmara informou que o valor em causa eram os 450.000€. -----

Raúl Cordeiro perguntou também à Presidente da Câmara se confirmava que a autarquia teria oportunidade de requerer a abertura de instrução do processo e se constituir assistente. -----

A Presidente disse que a notificação era para arquivamento. -----

Raúl Cordeiro leu uma parte do referido despacho, que dizia: “Tem o prazo de vinte dias para, querendo, requerer a abertura de instrução, nos termos do disposto do artigo... do mesmo diploma, para querendo se constituir como assistente.” -----

A Presidente da Câmara disse que, naquela situação, requerer-se como assistente significava estar sempre presente no que o processo precisasse. -----

Raúl Cordeiro salientou que estava lá escrito no segundo parágrafo do documento. E repetiu a pergunta, dizendo que havendo aquela abertura, se a Câmara pretendia requerer a mesma e constituir-se como assistente. Disse inclusive que a mesma notificação referia que não tinha sido constituída prova de que tinha havido crime de abuso de poder e que se podia ainda defender que o ato em si padecia de nulidade. Perante tal facto, perguntou se a Câmara Municipal pretendia averiguar da nulidade do ato, requerendo a intervenção de outro Tribunal, o Administrativo -----

A Presidente da Mesa informou que a participação ao Ministério Público foi feita com o intuito de apurar se o BPI tinha agido para além dos seus poderes. Quando o processo chegou ao Ministério Público o inquérito foi conduzido no sentido de apurar se o anterior Presidente (Mata Cáceres) tinha abusado dos seus poderes. Portanto, o despacho agora notificado não respondia à questão que esteve na base da participação, talvez por não terem sido bem contextualizados os factos/indícios que a motivaram. O Ministério Público, face aos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

elementos que tinha, olhou para o processo na perspectiva de apurar se efetivamente o então Presidente da Câmara tinha ido para além das suas competências. Acrescentou que o crime de abuso de poder pressupunha a verificação cumulativa de dois pressupostos: a violação de deveres funcionais que sobre si impendiam, para satisfação de interesses particulares, que se venham a traduzir num benefício ilegítimo para si ou para terceiro, ou prejuízo a outra pessoa. Ora o Ministério Público concluiu que o arguido Mata Cáceres não tinha competência para autorizar a despesa, mas que ainda assim tal não constituía crime, porque o referido crime exigia a verificação cumulativa da intenção de obter para si ou para terceiro um benefício ilegítimo ou então causar prejuízo a outra pessoa e tal não se provou. Mais referiu que não estando verificado o segundo requisito, o Ministério Público entendeu que deveria arquivar o processo. Portanto, quando a Presidente da Câmara foi notificada do despacho de arquivamento, tinha a possibilidade jurídica de requerer, no prazo de 20 dias, a abertura da instrução, se quisesse contraditar o arquivamento em causa, ou de não o fazer, e que os juristas da Câmara com certeza já teriam informado a Presidente desta possibilidade. -----

Raúl Cordeiro perguntou se os vinte dias já tinham passado -----

A Presidente da Mesa respondeu afirmativamente. -----

Rui Simplício disse haver ali um ato nulo e que a ação deveria ser decidida num Tribunal Administrativo. Contudo, tal não aconteceu. A questão era que a sentença podia ter sido outra, ou melhor, aqueles que cometeram o ato nulo deviam ressarcir a Câmara. -----

Raúl Cordeiro solicitou uma resposta mais concreta às duas questões que colocou anteriormente. -----

A Presidente da Câmara informou que o assunto tinha ido a reunião de Câmara, para conhecimento, mas nenhum dos vereadores tinha colocado tais questões. Posto aquilo, disse que não seria a Presidente da Autarquia a abrir tal procedimento. No entanto, era passível de se abrir inquérito em qualquer altura, conforme dizia o documento. -----

Raúl Cordeiro voltou a perguntar se havia possibilidade de poder ser considerada a nulidade do ato. -----

A Presidente da Câmara disse que teria de perguntar aos juristas da Autarquia. Relembrou que o ato tinha estado sempre orçamentado, há vários anos. -----

Raúl Cordeiro perguntou à Presidente da Câmara se, afinal, a conclusão que podia retirar era que a Câmara Municipal não iria constituir-se como assistente do processo, não ia recorrer à abertura de instrução, nem recorrer à nulidade do ato administrativo. -----

A Presidente da Câmara que podia concluir que sim. -----

Hugo Capote disse ter ficado admirado com aquele documento, pois tinha ficado com a ideia de que a Assembleia Municipal, na altura, tinha exigido ao executivo, não que fosse constituído um crime de abuso de poder do antigo Presidente da Câmara, mas sim da orçamentação daquela dívida, que não reconheciam, para a qual não havia cabimento e que constituía a efetivação de uma dívida que não existia até então. O que gostaria era que, para não se pagar a dívida, fosse declarado nulo o ato, o que não tinha acontecido até então e que o movimento ali representado se constituiu para branquear os responsáveis da antiga dívida. -



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Jorge Isidro questionou se aquela dívida tinha sido orçamentada e aprovada no primeiro orçamento e se sim, se poderia, eventualmente, existir a nulidade.-----

Cristóvão Crespo disse que os membros só tinham recebido naquele mesmo dia a notificação do Tribunal, dirigida à Presidente da Câmara. No entanto, ao observar a mesma, notou que o documento tinha dado entrada na Câmara no dia 27 de abril e dois dias depois houve também reunião daquela Assembleia. Posto aquilo, perguntou porque é que só em junho era ali apresentado.-----

A Presidente da Câmara lembrou que, efetivamente, a dívida em causa tinha sido orçamentada e aprovada.-----

Quanto ao documento, informou que o mesmo não tinha chegado às suas mãos no dia 27 e não poderia precisar o dia. Obviamente que só depois de ter ido a reunião de Câmara é que podia ser agendado para a Assembleia.-----

Cristóvão Crespo referiu que aquele tipo de correspondência deveria ter alguma prioridade, pois a situação não era meramente administrativa ou passível de se perder no circuito.-----

A Presidente disse que o documento não andou perdido. Apenas não podia precisar o dia em que o tinha recebido.-----

Devolvida a palavra ao Plenário, Hugo Capote disse querer apresentar uma moção, pela CDU.-----

Moção - CDU

“Amanhã, 1 de julho, é reposto o horário de 35 horas de trabalho semanal para todos os trabalhadores da administração pública, central e local.

É a reposição de uma das maiores injustiças praticadas pelo anterior governo sobre os trabalhadores que dão apoio aos cidadãos nos serviços públicos, no serviço nacional de saúde, na escola pública, na segurança social, na cultura, na justiça e nas autarquias.

É a vitória da resistência e luta das mulheres e homens que nunca se resignaram com a imposição de mais 5 horas de trabalho por semana, sem que houvesse argumentos que justificassem tal medida, que não fosse o de abrir caminho para aumentar os horários dos trabalhadores do sector privado.

A partir de amanhã, dia 1 de julho, os trabalhadores da administração pública, central e local voltam a trabalhar as 35 horas por semana, recuperando um direito que lhes tinha sido roubado, colocando-se de novo de acordo com a roda da história e os avanços civilizacionais.

Assim será com os trabalhadores do município de Portalegre.

Apesar da luta desenvolvida para levar o município a assinar um ACEP e da decisão tomada pelo executivo para que o mesmo fosse assinado, foi necessário chegar a 1 de julho para que vissem reposto o horário de trabalho das 35 horas semanais.

A Assembleia Municipal de Portalegre saúda os trabalhadores da administração pública do concelho e, em particular, os trabalhadores do município, desejando que tão rápido quanto possível possam reaver todos os direitos que lhes foram tirados.”

Lida a moção Hugo Capote perguntou ainda ao executivo qual tinha sido o critério que presidiu a que a aplicação das 35 horas fosse diferente para alguns trabalhadores do Município, porque, pelo que estava no edital, alguns iam ter horário contínuo e outros não.---



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A Presidente da Câmara disse que todos os trabalhadores da Câmara iriam cumprir as 35 horas. Informou também que havia trabalhadores, com jornada contínua, que até cumpriam menos do que as 35 horas. Teriam de ter um horário rígido, visto tratar-se de um serviço público. Aquilo que acontecia é que, diariamente, eram confrontados com o facto de que, a partir de uma determinada hora, as pessoas continuavam a vir à Câmara. Lembrou que o horário contínuo começava às 08H30 e terminava às 15H30. Acrescentou que todos iriam cumprir as 35 horas, embora tivessem tido em consideração o facto de os pais que tinham que deixar os filhos nas escolas terem pedido ao executivo para entrarem às 09H00 e não às 08H30. Daquele modo, conciliaram-se as diferentes sensibilidades e passam a sair às 17H00. Mais referiu que o ACEP iria ser assinado no dia seguinte, juntamente com o STAL, o SITESE e outro sindicato que também queria assinar. O documento não tinha sido assinado até então porque os auxiliares de educação, ao passarem a fazer menos horas, tinham de ser reforçados em número. No entanto, atualmente era impossível a Autarquia colocar mais pessoas, porque nem poderiam ser contratadas. Tiveram de recorrer ao Centro de Emprego mas tal não foi viável, por diversas razões. Esperou-se pela chegada do fim do ano, para agora tentarem outra solução a tempo do início das aulas. O ACEP iria permitir aos trabalhadores a reposição de alguns dos seus direitos.-----

Hugo Capote salientou o facto de haver trabalhadores que estavam a fazer 35 horas, com jornada contínua e outros que não iriam fazer jornada contínua. No entanto, os que faziam jornada contínua ficavam a sair ainda mais tarde do que quando faziam as 40 horas semanais. E voltou a perguntar porque é que uns faziam e outros não-----

A Presidente da Câmara informou que nenhum trabalhador fazia mais do que as 35 horas e que relativamente à necessidade de haver jornada contínua já tinha explicado porquê.-----

Hugo Capote referiu que a Câmara de Elvas também era um serviço público e todos os seus trabalhadores faziam o mesmo horário, querendo saber qual era o critério da Presidente da Câmara de Portalegre.-----

A Presidente da Câmara disse que os que tinham jornada contínua eram os operacionais, que estavam nas oficinas e que, no seu entendimento, até seria preferível entrarem às 07 horas, no período de Verão. O que ficou acordado com todos os serviços de atendimento foi que não deveria haver horários desfasados porque, pela experiência anterior, não se prestava um serviço público de qualidade ao munícipe e à comunidade.-----

Jorge Isidro disse que defendia a equidade no trabalho. Contudo, discordava que existissem sectores que tinham 35 horas e outros que tinham 40. Também não podia aceitar que no privado se fizessem 40 horas e no público 35.-----

Raúl Cordeiro disse achar inacreditável que se estivesse ali a discutir um assunto daqueles em sede de Assembleia Municipal. Aquilo dizia respeito à organização interna da Autarquia e só em sede de executivo é que deveria ser debatido.-----

Deliberação: a Assembleia Municipal deliberou, por maioria com 15 votos a favor (8 PS, 4 CDU, João Nuno Cardoso, João Janeiro, Constantina Henriques), 9 abstenções (Jorge Isidro, Marília Lacão, Bruno Calha, João Garção, Ana Carneiro, Branca Santana e Maria Miranda, Manel Canhoto e Luís Barata) e 3 votos contra (Sara Cid, Cristóvão Crespo, Miguel Serafim), em 27 presenças, aprovar a moção da CDU.

O membro Artur Correia não se encontrava na sala no momento da votação.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Declaração de voto - Jorge Isidro

“A minha abstenção vai no sentido de defender a equidade e não concordar que haja diferenciação entre o sector público e o privado.”

Voto de Pesar - Clip (João Cardoso)

“Os grupos municipais, representados nesta Assembleia Municipal, apresentam as suas condolências à Presidente da Assembleia Municipal, Dr.^a Constantina Andrade Henriques e um voto de pesar pelo falecimento de seu pai, o Sr. António Joaquim Nunes Andrade. De relevar todo o seu percurso profissional, a sua ligação aos movimentos associativos, em particular ao Sport Clube Estrela e o seu papel como autarca na Junta de Freguesia de São Lourenço. Pela nossa ligação afetiva com a Presidente da Assembleia e por tudo o que o Sr. Andrade fez por Portalegre, as nossas mais profundas condolências.”

A Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Portalegre aceitou, pessoalmente, o voto de pesar e agradeceu a todos os presentes na sala. -----

Luís Testa expressou também as condolências, em nome do PS, à Presidente da Assembleia Municipal de Portalegre e em seu nome pessoal. -----

O resultado da votação foi de 26 votos a favor (a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal não votou e o membro Artur Correia não se encontrava na sala).

ORDEM DO DIA:

1 - Informação da Presidente da Câmara sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Presentes os relatórios do executivo camarário respeitante à atividade municipal, bem como os quadros demonstrativos da situação financeira da Câmara Municipal de Portalegre e dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da mesma. -----

A Presidente da Câmara sublinhou alguns dos assuntos de maior relevância, assim como a assinatura do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, o lançamento da primeira pedra do edifício da EDP na zona industrial, que irá originar 12 postos de trabalho, o início da terraplanagem para a construção da fábrica “Jerónimo Martins”, a ampliação das instalações da fábrica da Hutchinson, que já tinha também aumentado o número de trabalhadores. -----

Jorge Isidro, relativamente às empresas atrás mencionadas salientou o facto de existirem facilidades, por parte da Câmara, para as grandes empresas mas que os pequenos e médios empresários, que eram os pilares de sustentabilidade do concelho, eram sempre confrontados com várias dificuldades. Perguntou à Presidente da Câmara se sabia que, nos 23.000 m2 de construção da referida fábrica, se fosse numa situação normal, iria pagar mais de 1 milhão de euros para a licença de construção. Lembrou que a fórmula de cálculo daquelas licenças continuava a estar mal estruturada, pois a divisão foi inicialmente elaborada para se dividir por 1000, mas a publicação em diário da república ficou a dividir por 100. Tais discrepâncias não podiam acontecer. -----

A Presidente informou que o cálculo era igual para todos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Sara Cid perguntou à Presidente da Câmara se o executivo camarário estava a acompanhar a situação do quartel da GNR e da nova incorporação que estava para vir. -----

A Presidente da Câmara respondeu afirmativamente e referiu que já decorria a seleção dos novos listados e iriam entrar este ano mais cedo do que em anos anteriores. Concorreram mais de 6000 pessoas e, pelo que lhe foi dito pelo Comandante da Escola em cada seleção ficavam cerca de 30% retidos. Estava portanto previsto receberem no CIP 600 listados, fazendo depois o Juramento de Bandeira em setembro. -----

Quanto à muralha do quartel, disse que iria ser intervencionada, com a ajuda dos serviços técnicos da Câmara, nomeadamente na colocação dos postos de luz. A Capela também já tinha sido requalificada. -----

Cristóvão Crespo, relativamente ao plano estratégico de desenvolvimento da cidade, disse à Presidente que a Assembleia deveria ter mais informação acerca do mesmo. O documento que receberam sobre o assunto era escasso e, à partida, faltava informação substancial.

Quanto à injunção que aparecia nos documentos, da construtora S. José, no valor de 267.000€, perguntou do que se tratava. Mais referiu que, quanto aos lugares de venda do parque de feiras, apenas 50% estavam ocupados em relação à disponibilidade existente, o que não beneficiava o aspeto da mesma. Em conversa com os feirantes atuais foi-lhe revelado que os valores cobrados pelo Município eram exorbitantes, em relação àquilo que era praticado noutros municípios próximos. -----

A Presidente da Câmara, quanto à primeira questão, disse que iria fazer chegar mais documentação à Assembleia.-----

Relativamente à injunção mencionada, dizia respeito à altura da construção do Museu Municipal e tinha a ver com trabalhos a mais da construtora e seria esgrimido em Tribunal. Quanto aos lugares da feira, solicitou ao Chefe da Divisão de Obras e Ambiente da Câmara que desse uma explicação técnica à Assembleia. José Calha, disse ter havido uma diminuição gradual do número de feirantes, mas que tinha aumentado o número de ocasionais. Atualmente o Regulamento das feiras estava em remodelação e não podiam ainda lançar mais concursos para admissão dos mesmos. Quanto aos valores, eram efetivamente superiores, mas só em comparação a concelhos mais pequenos. -----

A Presidente da Câmara acrescentou que foi feito um estudo acerca do assunto e o Município tentou equiparar aqueles valores, relativamente às cidades com dimensão idêntica. Relevou ainda o facto de que a ASAE tem feito uma fiscalização regular no Parque de Feiras da cidade.

Hugo Capote questionou a Presidente da Câmara se tinha ficado satisfeita com as festas do concelho deste ano. -----

A Presidente disse que o feedback que teve foi mais positivo do que no ano anterior. Infelizmente, aquele não seria o modelo de festas que se desejaria, mas era o possível, tendo em conta os constrangimentos da Autarquia. -----

Luís Testa perguntou à Presidente da Câmara o que é que tinha acontecido aos candeeiros de ferro forjado que estavam na frontaria do Museu Municipal e se ainda continuavam pertença do Município. -----

A Presidente disse que os mesmos foram colocados em Alegrete, assim como alguns bancos de jardim. Disse ter ido pessoalmente às oficinas municipais procurar pelos candeeiros em causa.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Luís Testa perguntou se os candeeiros tinham sido levados para aquela freguesia sem o conhecimento da Presidente da Autarquia.-----

A Presidente salientou que quando iniciou o mandato, a obra do Museu já se tinha iniciado e os candeeiros já lá não estavam. A arquiteta da obra do Museu projetou para ali outro tipo de focos de iluminação.-----

2 - Ata n.º 21, relativa à reunião ordinária realizada em 29 de abril de 2016;

Presente ata referente à reunião ordinária realizada em 29 de abril de 2016.

Raúl Cordeiro disse que na página 14, na parte da deliberação, em vez de: “aprovar” deveria estar “reprovar”.-----

Rui Simplício referiu que na página 1, onde se lê: “quis protestar”, deveria ler-se: “protestou”.

Jorge Isidro disse que também já tinha solicitado aos serviços de apoio a inclusão de três linhas que não tinham sido incluídas na sua declaração de voto, da ata em causa.-----

Deliberação: a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 5 abstenções (Constantina Henriques, Marília Lacão, Ana Carneiro, Manuel Marques e João Garção), em 28 presenças, aprovar a ata n.º 21.-----

3 - Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A./Acordo de transação e adenda ao contrato de cedência de infraestruturas;

- Deliberação de 27.06.2016 -

Iniciada a discussão do ponto 3, Raúl Cordeiro perguntou à Presidente da Câmara se poderia acrescentar informação adicional ao Acordo de transação e adenda ao contrato de cedência de infraestruturas, com a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.-----

A Presidente da Câmara informou que aquele acordo já tinha sido ali discutido por várias vezes e recordou que a Câmara tinha feito um acordo de pagamento da dívida com as Águas do Norte Alentejano, que agora passaram para as Águas de Lisboa e Vale do Tejo. O pedido inicial foi a dez anos mas, entretanto, tinha deixado de ser permitido por lei. O acordo teria de passar para cinco anos o que obrigaria a Câmara a pagar prestações muito elevadas e, por outro lado, a própria lei obrigava a pagar cerca de 50% da dívida existente. Tendo em conta o montante, a Câmara colocou a possibilidade de poder haver uma antecipação da receita que teria a ver com a infraestruturas dos “Olhos de Água”, que pertencia ao Município e que estava arrendada há algum tempo, por 5.723€ mensais. No entanto, era sabido que a Câmara de Portalegre estava impossibilitada de retirar água daquele lençol, porque o equipamento para tal não era pertença do Município e sendo uma reserva de água importante, as Águas de Lisboa e Vale do Tejo queriam mantê-la sob a sua concessão. Portanto o que se propôs foi utilizar a receita da mesma para abater a dívida, à empresa. Tal procedimento constituía uma antecipação da receita na ordem dos dois milhões de euros e era isso que agora era colocado à consideração da Assembleia.-----

Raúl Cordeiro perguntou à Presidente da Câmara se aquele acordo representava uma antecipação de cerca de dois milhões de euros, ficando três milhões remanescentes, a pagar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

em 60 prestações. No entanto, a questão era que existia um período de carência, em que eram pagos somente 7000€ por mês, até junho de 2017. Posteriormente, a prestação ia crescendo, passaria a ser 31.000€ e em 2019 seria de 81.000€. Posto isso, a questão, além de técnica, também era uma questão política, porque o período de carência era durante o período de vigência do executivo atual e quem viesse a seguir, fosse a mesma força política ou não, pagaria as prestações e elas cresciam bastante.-----

A Presidente respondeu afirmativamente. Mas a questão era técnica e não política, porque naquela mesma ordem de trabalhos, iriam falar duma carta enviada pelo BPI à Câmara de Portalegre, que tinha a ver com uma tranche de cerca de um milhão, que estava em dívida. Naquela carta, o BPI refere que acionará os meios legais se a Câmara não pagar. Uma vez que a autarquia não tem meios para pagar tal importância, seria penalizada pela DGAL, a qual iria retirar do fundo de equilíbrio financeiro, que era transferido anualmente para a autarquia, os 20% previstos por lei. Portanto, ainda este ano e no próximo teriam de lidar também com aquela dívida e para que tal fosse concretizável, não podiam pagar a totalidade às Águas. O que se tentou foi um desencontro de pagamentos das tranches, pensando obrigatoriamente na atualidade e não no futuro. Evidentemente, havia um limite temporal estabelecido por lei, que eram cinco anos e, portanto, dentro daquele tempo, o que as Águas de Lisboa e Vale do Tejo aceitaram como razoável foi o já referido período de carência de um ano. Disse ainda que quando se comesse a pagar a faturação maior, o saneamento já estaria praticamente terminado.-----

Hugo Capote perguntou se a Presidente da Câmara achava exequível pagar-se 89.000€ de prestação mensal, a partir de junho de 2018, às Águas de Lisboa e Vale do Tejo. Perguntou ainda se era verdade o facto de se continuar a acumular dívida às Águas de Lisboa e Vale do Tejo e que mais iria a autarquia hipotecar.-----

A Presidente disse que os Olhos de Água não tinham sido vendidos e que quando terminasse a concessão, os Olhos de Água voltariam para a Câmara de Portalegre. Acrescentou que não tinha sido um exercício de gestão fácil e que a dívida não se pagava de um momento para o outro. Atualmente ainda rondava os 33 milhões e, portanto, tinha de se ter a noção de que a realidade era aquela e só podiam gerir com a margem de manobra que tinham. Esperavam continuar a saldar a dívida e embora não estivesse obcecada com a dívida, a verdade é que existiam mecanismos legais que retiravam à Autarquia o dinheiro, logo à cabeça. Mais referiu que a situação das Águas era grave e o plano elaborado partia do pressuposto de que seria possível pagar-se os 89.000€. Acrescentou que já tinha reunido com o Secretário de Estado, relativamente ao saneamento básico. Solicitou a ajuda de todos para que o assunto fosse profundamente discutido na Assembleia da República, pois a questão era complicada porque tinha a ver com a privatização das águas. Lembrou que a taxa do saneamento tinha triplicado desde que passou para os privados (VALNOR), porque a fórmula de cálculo da faturação tinha mudado completamente. Sublinhou que anteriormente pagava-se aquilo que era o correspondente à média dos três piores meses, em termos de pluviosidade, e desde há algum tempo está-se a pagar à entrada da ETAR, com a medição ao milímetro, não só da água a ser tratada, mas também da água da chuva, além de que ainda entra na fórmula a capacidade daquela ETAR, a qual foi projetada para 48000 habitantes. No entanto, atualmente já nem há 25000 habitantes no concelho. A verdade é que a VALNOR não está a tratar as águas de 48000 pessoas, embora a fórmula as contabilize. O procedimento não era o correto, tinha de ser revisto e foi neste sentido que reuniu com o Secretário de Estado do Ambiente, para que as regras mudassem. Apesar dos Municípios não terem a maioria no capital social, tinha de haver respeito pelos mesmos, relativamente àquelas questões.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

João Cardoso solicitou esclarecimento acerca de qual o valor que o Município costumava pagar mensalmente e a quando reportava.-----

A Presidente informou que a dívida às Águas já era acumulada de há muitos anos atrás e estava a ser cumprido o pagamento quando o mesmo era de 67.000€ ou de 87.000€. Contudo, estavam atualmente a pagar 50% do que estava a ser faturado. Salientou que o Secretário de Estado não compreendia porque é que Portalegre tinha tido aquele aumento brutal, comparativamente ao que pagava há uns anos.-----

Cristóvão Crespo, relativamente à dívida do saneamento e das águas, disse à Presidente da Câmara que a questão principal era que não se tinha pago dívida nenhuma. Foi ali aprovado um protocolo para pagar dívida e nunca chegou a ser paga. E o próximo protocolo que ali era apresentado devia ser para continuar a não pagar e a empurrar a mesma para o futuro. Salientou que devido ao incumprimento do acordo anterior, estavam atualmente a pagar mais juros de mora.-----

A Presidente da Câmara referiu que, naquele Plano, a diminuição dos juros era grande. Os juros já tinham sido de mais de 4% e agora pagavam 3%. Foi negociando e pagando dívida que se passou de 53 para 33 milhões.-----

Sara Cid disse à Presidente da Câmara que os fins não justificavam os meios e aquela opção derivava de um mau planeamento financeiro da Câmara.-----

A Presidente da Câmara perguntou como é que aconselharia a fazer.-----

Sara Cid disse que as propostas concretas não lhes cabiam a eles mas sim ao executivo atual. Já tinham feito várias sugestões da maneira como devia conduzir a política financeira do Município.-----

Deliberação: Terminadas as intervenções e posto o ponto a votação a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 13 votos a favor (CLIP) e 15 abstenções (8 PS, 4 CDU, 2 PSD e Jorge Isidro) em 28 presenças, aprovar o referido Acordo de Transação e Adenda ao Contrato de Cedência de Infraestruturas, com a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.-----

Neste momento saiu da sala António Ventura.-----

4 - Orçamento e Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Portalegre para 2016/2020; - Deliberação de 27.06.2016 -

A Presidente da Mesa propôs que a discussão dos pontos 4 e 5 se fizesse em conjunto e a votação em separado. Não havendo quem se opusesse, passou-se à discussão dos mesmos.-----

Sara Cid fez um reparo em relação à forma como as reuniões de preparação do orçamento com a oposição, pois não lhe parecia de todo correto que os membros da oposição eleitos para a Assembleia fossem convocados para uma reunião com a Presidente da Câmara sem que, antecipadamente, tivessem em seu poder os documentos para serem avaliados. Portanto, não poderia haver uma verdadeira participação e envolvimento, da parte de quem ia àquelas reuniões, nas matérias em causa.-----

Jorge Isidro, relativamente ao primeiro ponto do documento enviado pela Presidente, disse que embora não estivesse enquadrado em nenhum grupo político, também gostaria de ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

ouvido pelo executivo. Contudo, tal não acontecia. Em relação aos outros Grupos Municipais perguntou se tinham sido contactados e se o seu contributo tinha sido aceite pela Presidente.

A Presidente da Câmara disse que, conforme tinha sido explicitado na reunião havida com os vereadores dos grupos políticos, aquele orçamento tinha por base o orçamento chumbado em 2015. As pequenas alterações tinham a ver com o PEDU e com a questão da antecipação da receita. O orçamento estava balizado por grandes restrições financeiras mas tentava plasmar, de algum modo, aquilo que era a estratégia da Câmara, assente em dois pilares: qualidade de vida da população e desenvolvimento da região. Acrescentou que tentaram verter no orçamento todos os apoios comunitários, assim como as GOP, embora não fosse fácil, tendo em conta a dívida da Câmara. Para além da dívida, a despesa corrente era ainda muito elevada, o que obrigava a contenção, em algumas áreas. Porém, tal contenção só acontecia quando se fazia investimento, como no caso da eficiência energética, nas questões do dióxido de carbono, da gestão da frota, em que a média das viaturas era de 22 anos. Salientou que a despesa corrente representava 74% daquele orçamento. No entanto, já contemplava questões importantes como o património, a ação social, o desenvolvimento económico, a reabilitação urbana e, ao mesmo tempo, a qualidade de vida das populações. A questão das ETARS ainda não estava prevista naquele documento, porque a candidatura só seria efetuada em outubro mas não deixava de ser uma prioridade do executivo. Também a questão da retirada do fibrocimento das escolas do Atalaião e Assentos já estava plasmada naquele orçamento e importava em 75.000€. Tudo tinha um fio condutor e obviamente que gostaria bastante de verter no orçamento e nas GOP toda uma série de rubricas mas, no entanto, havia uma realidade da qual não podia fugir, que era o pagamento da dívida. Embora não estivesse obcecada com o pagamento da dívida, a verdade era que não se podia deixar de continuar a pagar. Em relação à questão colocada pelo membro Jorge Isidro disse que não o tinha chamado porque considerava como estando representado pelo líder do CLIP, uma vez que também sido eleito como membro daquele grupo político. Salientou que o membro Jorge Isidro procedera de forma incorreta quando foi à comunicação social dizer que ela própria não tinha legitimidade para estar à frente da Câmara Municipal de Portalegre.-----

Cristóvão Crespo, quanto à maior rubrica do orçamento (4,3 M) respeitante a “Outros trabalhos especializados”, gostaria de perceber qual era o grosso dos projetos ali inscritos.----

João Cardoso interveio de seguida e disse que desde 2013, quando este executivo iniciou o seu mandato, que a gestão do concelho tem sido fortemente condicionada pelo desequilíbrio financeiro da autarquia, decorrente do endividamento excessivo em que a Câmara se encontrava. Este executivo desenvolveu então uma estratégia coerente e assertiva de redução da dívida que se tem vindo a mostrar como certa e a trazer bons resultados. A dívida da autarquia está agora mais reduzida e o futuro do concelho tem agora perspetivas mais animadoras.

Disse ainda que encontrar o caminho quando a situação é delicada não é tarefa fácil, mas este executivo tem demonstrado coragem e começa agora a ser possível garantir alguma sustentabilidade financeira e a poder avançar-se com outras dinâmicas no concelho.

O CLIP tem a sua estratégia assente em quatro pilares que se encontram bem espelhadas nestas GOP e neste orçamento: desenvolvimento económico e captação do investimento, divulgação e promoção da cidade e seus eventos, manutenção e requalificação dos espaços e equipamentos públicos, proximidade, solidariedade, educação e saúde.

Relativamente ao desenvolvimento económico e à captação de investimento muito está a ser feito e já começamos a ver alguns resultados.

Mas este orçamento abre novas portas com uma proposta clara, pró-ativa e agressiva, em termos de marketing, divulgação e promoção do concelho, com a execução do site “Portalegrinveste”, a criação de um gabinete do empreendedor, desenvolve parcerias e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

identifica prioridades, a revitalização do tecido comercial existente e a melhoria das condições do parque industrial de Portalegre.

Ao nível da divulgação e promoção da cidade e seus eventos, Portalegre tem uma das melhores, ou talvez a melhor agenda cultural em cidades desta dimensão, tem uma oferta turística de museus e monumentos muito superior a todas as cidades da região e um conjunto de eventos desportivos e periódicos de excelência. Muitos constam destas GOP, mas o essencial é que este orçamento venha permitir alavancar esta oferta através da divulgação e promoção das diversas atividades consolidadas, mas ainda pouco conhecidas, através de campanhas promocionais e da criação de um portal online, focado no turismo e na cultura local, bem como o desenvolvimento de campanhas de marketing, particularmente focadas no marketing digital.

De referir também que está plasmado nas GOP a essencial atualização dos conteúdos do mapa da cidade e do concelho de Portalegre e dos folhetos informativos da restauração, dos empreendimentos turísticos e das adegas, mas também a recuperação da fachada e estruturas do Museu das Tapeçarias, recuperação do antigo edifício dos Paços do Concelho, obras de melhoria da Biblioteca Municipal, reconstituição e promoção de rotas temáticas e consolidação da oferta de merchandising, manutenção e requalificação dos espaços e equipamentos públicos.

Não se pode dissociar desta estratégia toda a manutenção e recuperação do nosso território. Os jardins e os espaços públicos, os caminhos e infraestruturas municipais são essenciais para prosseguir o objetivo de atrair pessoas e dar qualidade de vida aos que cá vivem.

Este orçamento, como reflexo das grandes opções do plano, inclui a realização de diversas intervenções de fundo que irão permitir a requalificação/reabilitação de espaços públicos e a reabilitação de edifícios municipais. Uma estratégia que se encontra vertida nos já aprovados Planos de Estratégia e Desenvolvimento Urbano de Portalegre, Plano de Ação para a Mobilidade Urbana Sustentável e Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas. Salientamos a requalificação do Mercado Municipal e do Cemitério de Portalegre, a ampliação do Cemitério de S. Tiago, a reabilitação dos diversos imóveis para a habitação, a requalificação e recuperação de diversos espaços públicos de circulação, a mudança das coberturas de fibrocimento nas escolas básicas e jardins de infância dos Assentos e Atalaião e ainda a pavimentação da estrada da Urra-Assumar e do caminho da Horta Velha, a execução da camada de desgaste no bairro novo do Reguengo, a reparação e alargamento na estrada de Caia, Porto da Bouga, entre muitas outras intervenções previstas.

De muito relevo para a vida dos portalegrenses são também as diversas intervenções previstas ao nível do saneamento das águas e dos transportes, com destaque para os novos emissários, a ETAR do Monte Carvalho, o coletor da Quinta dos Assentos e as novas ligações à ETAR da Urra.

Por fim uma referência aos diversos projetos que refletem a vontade do CLIP em mais proximidade, solidariedade, educação e saúde. Este executivo pretende continuar a estreitar laços com a população, através das suas coletividades e associações e em particular o papel fundamental que têm as Juntas de Freguesia. Estão espelhadas nestas Grandes Opções do Plano a contratualização de competências com as juntas de freguesia, a participação da população nas decisões (Portalegre participa), o reforço e estímulo dos recursos operacionais, realização de mais medidas de política social e mais colaboração com as IPSS, o desenvolvimento de uma rede desconcentrada de atendimento social, execução de obras de conservação e manutenção de obras no parque habitacional municipal e, em particular, o que se encontra na vertente da habitação social.

Este orçamento e estas GOP não são o fim, mas o início de diversas intervenções que agora se podem tornar reais.

São fruto de decisões deste executivo que espelham a vontade do grupo do CLIP e que consubstanciam e traduzem opções e apostas realistas que queremos ver realizadas. Julgamos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

serem a resposta aos anseios da população e uma forma de devolver à cidade esperança e confiança num futuro melhor para o nosso concelho.

Jorge Isidro, ainda em resposta à Presidente da Câmara disse que tinha sido eleito para ser membro da Assembleia Municipal e não para dizer que sim a tudo o que a Presidente queria. Em segundo lugar, salientou que quando decidiu apoiar a lista CLIP, foi porque se revia num conjunto de propostas que estavam no programa eleitoral, mas que infelizmente serviram, única e simplesmente, para enganar Portalegre e os portalegrenses. A verdade era que, depois de a Presidente da Câmara ter sido eleita, as propostas não saíram do papel. Aquela foi pois a razão que o levou a retirar o apoio ao grupo CLIP. Referiu que tem sido sempre coerente e mantém aquilo que disse desde o primeiro orçamento, que aprovou a muito custo, embora decidisse dar o benefício da dúvida. Acrescentou que discordou da estratégia da Presidente fazer tudo sozinha, sem ouvir os outros membros e, na verdade, ao longo dos anos, se verificou que tal facto não foi bom para a estratégia, nem para os resultados obtidos. A realidade de Portalegre era outra que não aquela ali mencionada anteriormente pelo membro da CLIP. A cidade estava esburacada, não há emprego, os filhos da terra são obrigados a partir para fora, as associações e coletividades não receberam nem um cêntimo, desde há quatro anos e as crianças a quem as associações proporcionam a prática desportiva diária não tinham apoios suficientes da autarquia, o que era lamentável. Portanto, eram aquelas as razões, entre outras, que o levaram a estar em desacordo com a Presidente da Câmara.-----

Hugo Capote disse que se havia uma coisa que caracterizava o mandato atual era a falta de estratégia. Primeiro foi o PAEL, depois o FAM, depois já não era nem o PAEL nem o FAM. Posteriormente já era o 2020, depois foi a reabilitação urbana, a qual não chegou a ser. Depois era o apoio para as juntas de freguesia e a descentralização para as mesmas, mas que não correu bem porque não havia dinheiro. Falou-se num orçamento participativo com os portalegrenses que nunca chegou a vias de facto. Salientou a promessa que a Presidente faz para diminuir a área paga do estacionamento na cidade, a qual teve um efeito contrário, visto que a área paga à Resopark, além de ser renovada, foi aumentada. As festas da cidade não tinham um lugar certo. Era estratégia? A dívida do CAEP, tão depressa dizia que pagava, como não e com aquilo inscrevia-se uma verba no orçamento que, pelos vistos, era um ato nulo administrativo. Enfim, foi dos poucos mandatos que teve três orçamentos chumbados e a primeira moção de censura na história autárquica portalegrense, a ser aprovada. A atual Presidente da Câmara era uma pessoa incompetente para dirigir a cidade de Portalegre e o grupo que a acompanhava também já não acreditava nela própria. Mais referiu que seria preciso recuar muitos anos atrás para perceber o nível de desencantamento que existia nas associações culturais e desportivas do concelho. Os portalegrenses também já não acreditavam na autarca que tinham e restava pois saber se haverá outras hipóteses. Em conclusão, muito do movimento que gravitava à volta da Presidente da Câmara só existia para branquear os responsáveis pela dívida calamitosa que veio detrás e que tem constrangido e condicionado o Município durante todos aqueles anos. A CDU iria abster-se daquele orçamento por duas razões: a primeira era porque os portalegrenses não tinham culpa e aquela seria uma oportunidade única de haver uma injeção de capital dos fundos comunitários; a segunda era para que a Presidente não tivesse o argumento de não poder fazer, porque a oposição não deixava. Quanto à declaração do grupo CLIP ali proferida, dava a entender que o mandato tinha agora começado, mas esqueciam-se que faltava apenas um orçamento, o qual seria efetivo durante seis meses e dali a cinco meses estariam a discutir o último orçamento daquele executivo. Obviamente que não seriam este orçamento e o próximo que iriam resolver todos os problemas do concelho, certo é que já passaram três anos e pouco foi conseguido. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Raúl Cordeiro comentou o que a Presidente da Câmara tinha dito: “Eu tenho uma estratégia, mas não pode ser plasmada no orçamento.”; no seu entender, um orçamento tinha de ser obrigatoriamente um objeto contabilístico e também político. Em relação àquilo que foi dito pelo membro da CLIP, João Cardoso, disse que provavelmente deviam viver em cidades diferentes. O caminho que a CLIP seguiu era de fantasia. As pessoas de cá falavam de outra realidade, que não aquela. Claramente, não existiu estratégia.-----

João Cardoso referiu que não gostava de puxar a sua cidade para baixo, como muitos faziam. A agenda cultural da CLIP era completamente diferente das cidades do mesmo nível de Portalegre. Sim, era verdade que em Portalegre existiam concertos todos os fins-de-semana, organizados pela Câmara; existiam quatro museus abertos, eventos como os trails e a baja como não existia em mais nenhuma cidade da região. E sim, as pessoas quando vinham a Portalegre, gostavam de cá estar e da própria cidade. Portanto, havia que valorizar o muito de bom que cá se tem. Provavelmente, muitos não estavam cá sempre e nem viam as coisas.-

Jorge Isidro salientou que a preocupação maior era que a cidade crie riqueza e postos de trabalho. As pessoas de cá não deviam ter que abandonar a sua cidade para procurar emprego. Provavelmente seria preferível ter-se um programa cultural mais humilde, em estreita parceria com as associações e coletividades, para que seja possível ir reduzindo a dívida. -----

A Presidente da Câmara disse ao membro Jorge Isidro que todos ali conheciam as suas motivações e não se iria pronunciar ali mais sobre aquele assunto. A posição da CLIP era só uma e estavam ali para servir a população e não a eles próprios. Relativamente ao que disse Hugo Capote, a Presidente realçou não ser fácil para os partidos aceitarem que um outro movimento, sem ser partido político, pudesse ter obtido o resultado que teve. Não aceitava a “política da terra queimada” e referiu que a estratégia da CLIP estava bem delineada e era verdade que tinha sido, consecutivamente, deitada abaixo. Quanto ao que tinha sido dito pelo membro Raúl Cordeiro, a Presidente salientou que a estratégia era feita a longo prazo e não para um ano. Quando existia estratégia e planeamento não seria apenas para 1, 2, 3 ou mesmo 4 anos, mas sim para muito mais tempo e ia-se concretizando, em termos orçamentais. Era, pois, um documento provisional, para cada ano civil, no âmbito de uma estratégia a longo prazo. Portanto, sabiam bem qual o caminho a tomar. Contudo, ninguém ali falou no investimento conseguido, de 43 milhões, a fábrica do Grupo Jerónimo Martins, que era provavelmente o maior que existia, nos últimos tempos, na região do Alto Alentejo. Concluiu, referindo que não havia nenhuma das empresas, que tinham sido apoiadas pelo executivo camarário, que tivessem dito mal da autarquia atual, muito pelo contrário. Portalegre não estava bem anteriormente, mas concerteza que hoje estava melhor, porque tinham mais postos de trabalho e mais emprego. Quanto às festas da cidade, relevou o facto das associações terem feito parte dos programas culturais, nas várias festividades e considerou serem um grande apoio para a população de Portalegre. Na parte desportiva só não davam mais porque não podiam, lembrou que embora não participassem com dinheiro, colaboravam ao máximo possível em géneros, ao utilizarem os pavilhões e os estádios. Por último, a Presidente perguntou, perante o orçamento e a dívida que existia, de onde é que tirava o dinheiro para aquelas situações. -----

Jorge Isidro voltou a lembrar a Presidente da Câmara que já por diversas vezes tinha feito intervenções e entregue documentos a dar ideias para colocar em orçamentos. Questionou-a se já tinha lido algum. Salientou que nunca esteve ali para se servir a ele próprio. Era aquela a conclusão a que a Presidente queria chegar. Se assim fosse, teria de provar o que estava a dizer. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A Presidente da Câmara disse que cada um tirava as ilações que entendesse.-----

A Presidente da Mesa solicitou aos membros que dessem por terminadas as intervenções para passarem à votação. Seria primeiro votado o Orçamento e de seguida as GOP.-----

Deliberação: a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 13 votos a favor (CLIP), 3 votos contra (2 PSD e Jorge Isidro) e 11 abstenções (7 PS, 4 CDU), em 27 presenças, aprovar o Orçamento e o Mapa de Pessoal.

Declaração de voto - Jorge Isidro

“Ao aceitar fazer parte de uma lista à Assembleia Municipal assumi um compromisso com Portalegre e os Portalegrenses.

Ao longo das várias sessões fiz intervenções com um único objetivo: contribuir para que Portalegre e os Portalegrenses tenham esperança no futuro, tenham mais qualidade de vida, que os pais não sejam obrigados a ver partir os filhos por não terem emprego e que Portalegre não fique ano após ano com menos pessoas.

Tenho consciência de que não sou o detentor da verdade e que as ideias e as propostas que fiz até podem não ter sido as melhores, mas tenho a certeza de que quem decide se se der ao trabalho de analisar e discutir as várias propostas, venham elas de onde vierem, o resultado final será sempre melhor!

Não conheço nenhum território que consiga criar emprego e riqueza sem apostar no desenvolvimento económico. Não conheço nenhuma organização que tenha sucesso sem ter um bom plano estratégico. Não conheço nenhum gestor ou líder que consiga implementar redução de custos e melhorar a eficiência de funcionamento sem que primeiro faça um estudo ao que existe. Nem conheço nenhum gestor ou líder que consiga uma boa liderança sem ouvir e apoiar os seus colaboradores. Neste caso concreto, esta liderança é ainda mais necessária porque existem funcionários com muitos anos de casa e que sabem, como ninguém, resolver e ultrapassar determinados obstáculos.

Para mim, não chega que seja apresentado um orçamento e as grandes opções do plano. É necessário que estes documentos sejam acompanhados de uma estratégia clara e fundamentada, de preferência com um plano de negócios adaptado ao Município.

Neste momento não chega lançar medidas avulso para resolver o problema. É necessário muito mais que isso e temos de começar pelos alicerces para termos bases sólidas para o futuro. Diálogo, análise, estratégia, rigor e crer verdadeiramente resolver os problemas de Portalegre.

Infelizmente, este orçamento e grandes opções do plano não preenchem os requisitos que considero importante.

Por essa razão, voto contra!”

Passando-se de seguida à votação das GOP:

5 - Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Portalegre para 2016/2020;

- Deliberação de 27.06.2016 -

Deliberação: a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 13 votos a favor (CLIP), 2 votos contra (2 PSD), 12 abstenções (7 PS, 4 CDU e Jorge Isidro), em 27 presenças, aprovar as Grandes Opções do Plano.-----

Declaração de voto - CDU (igual à do Vereador Pargana na reunião de executivo)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

“A CDU absteve-se na votação do Orçamento, Mapa de Pessoal e Grandes Opções do Plano, viabilizando a sua aprovação,

Não porque este seja o Orçamento de que Portalegre precisa para resolver o atraso, degradação, subdesenvolvimento e abandono para onde tem sido atirada no presente mandato autárquico;

Não porque este Orçamento seja capaz de inverter a débil situação financeira em que foi deixada a Câmara Municipal de Portalegre, com uma dívida astronómica cujo branqueamento e ocultação de responsabilidades tem sido a principal prioridade da atual maioria CLIP;

Não porque este Mapa de Pessoal venha resolver as inúmeras situações de injustiça em que se encontram tantos trabalhadores municipais, com problemas por resolver há muitos anos, nomeadamente de posicionamento remuneratório ou de adequação da categoria profissional ao respetivo conteúdo funcional;

Não porque este Mapa de Pessoal venha colmatar as graves lacunas funcionais da Câmara Municipal, com falta de trabalhadores sobretudo nas carreiras operacionais e que se refletem na incapacidade da Câmara dar resposta às suas mais elementares competências de manutenção do espaço público, limpeza das ruas, reparação de estradas e caminhos municipais, qualificação das escolas e jardins de infância do concelho e recuperação dos equipamentos municipais degradados;

Não porque estas Opções do Plano reflitam uma estratégia para Portalegre, um rumo de desenvolvimento capaz de orientar a ação municipal no sentido do progresso e do bem estar social da população do concelho;

Nem sequer porque a CLIP tenha alterado a sua atitude de permanente falta de sentido democrático, incapacidade em ouvir os outros, intolerância à crítica e à participação cidadã, numa contínua atitude de “quero, posso e mando”.

Nada mudou no estilo de governação desta maioria.

Então porque razão a CDU opta pela abstenção nesta proposta de Orçamento, Mapa de Pessoal e Grandes Opções do Plano?

A CDU já tentou tudo para que a CLIP governe. E a CLIP ainda não governou. Ou governou mal!

Desde o início do mandato que a CDU se disponibilizou para ajudar a Câmara a funcionar bem, o que sempre foi recusado. Mesmo nos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes, em cujo Conselho de Administração a CDU tinha aceitado participar, a CLIP manteve uma atitude de falta de lealdade e transparência, escondendo dos administradores as medidas mais importantes (e gravosas!), como foi o caso do estacionamento pago na cidade de Portalegre que a CLIP manteve inalterado e tentou alargar a novas zonas da cidade.

Neste mandato, a CDU apresentou o único Plano Estratégico para o desenvolvimento do concelho de Portalegre, procurando rentabilizar os fundos comunitários disponíveis, nomeadamente no Fomento da Indústria e do Emprego e no Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas (PETI). A CLIP “chumbou” essa proposta da CDU e os fundos comunitários passaram ao lado de Portalegre.

Perante a incompetência governativa da CLIP, a CDU apresentou uma Moção de Censura (a única de toda a história autárquica em Portalegre!) que foi aprovada na Assembleia Municipal por significativa maioria (com os votos da CDU, do PS, do PSD e até de alguns eleitos pela CLIP), mas a CLIP continuou a “assobiar para o lado” e não alterou em nada a sua falhada governação.

Muitas foram as propostas apresentadas pela CDU, sobre vários assuntos de importância crucial para a vida dos portalegrenses, mas a CLIP “chumbou” a sua maioria ou deixou-as esquecidas no fundo das gavetas da Presidente da Câmara e dos vereadores em permanência.

Chegamos agora ao mês de junho, a seis meses de terminar o ano 2016 e a CLIP volta a apresentar a mesma proposta de Orçamento, Mapa de Pessoal e Grandes Opções do Plano, acrescentando-lhe a previsão de algumas candidaturas a fundos comunitários que, a concretizarem-se, permitirão executar algumas reivindicações que a CDU tem vindo a exigir:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

- Remover as coberturas de amianto das escolas dos Assentos e do Atalaião, que representam um risco de saúde pública para os alunos, professores e auxiliares;
- Requalificar o edifício histórico dos Paços do Concelho, fundamental para redinamizar o centro histórico da cidade;
- Recuperar a Biblioteca Municipal de Portalegre, cujo abandono continuado tem afastado os utentes e até já levou a que chova lá dentro;
- Intervencionar outros equipamentos municipais com graves problemas de degradação, como é o caso do Castelo e do Museu da Tapeçaria de Portalegre, cuja candidatura a património imaterial da humanidade é incompatível com as patologias do edifício que devia preservar a sua memória;
- Ou a reconversão das ETAR do concelho, que apresentam problemas estruturais que podem por em causa o seu funcionamento e a qualidade do saneamento básico no concelho de Portalegre.

Precisa a CLIP do Orçamento aprovado para concretizar estas candidaturas e para recorrer ao BEI para realizar as intervenções que anuncia? Pois a CDU viabiliza o Orçamento, abstendo-se. A CDU abstém-se com a consciência de que este não é o Orçamento de que Portalegre precisa, nem é esta a estratégia necessária para inverter o estado de degradação em que se encontra o concelho.

A CDU abstém-se sabendo que este é o Orçamento da CLIP, que não negociou com ninguém, nem foi capaz de dialogar nem consensualizar.

A CDU abstém-se nesta votação, mas não se absterá de acompanhar a execução deste Orçamento da CLIP e a cada momento exigirá que a CLIP cumpra aquilo que agora se compromete realizar. Se não o fizer a responsabilidade será só da CLIP, como é também da sua exclusiva responsabilidade o ter parado o concelho nestes quase três anos de mandato.

Que não venha depois a CLIP vitimizar-se, continuando a atirar para os outros as culpas da sua incompetência e incapacidade para governar.”

Declaração de voto - PS

“O Partido Socialista decidiu votar pela abstenção, relativamente às grandes opções do plano e ao orçamento, para o ano que já vigora, ao contrário do que os seus Vereadores fizeram no executivo municipal, tendo em conta premissas de duas ordens: por um lado, é um facto que nós no PS já tentámos de tudo para que isto corresse bem; já nos abstivemos em orçamentos que passaram; já reprovámos orçamentos; já votámos favoravelmente orçamentos; já votámos moções de censura que foram aprovadas e o que é um facto é que esta matéria nunca conseguiu outro desiderato que não o estado a que chegou o concelho.

Hoje deparamo-nos com um quadro absolutamente inusitado. Por um lado a necessidade imperativa de recorrer aos fundos comunitários para alavancar este concelho e isto é um dado muito importante, uma vez que a miséria e a desgraça, à qual o executivo atual não se tem conseguido opor, também não pode colher o infrutífero sucesso dos fundos comunitários, por falta de orçamento.

Por outro lado, nós no PS, somos bem cientes das nossas responsabilidades e quando aqui nos abstemos, promovendo a aprovação do presente orçamento, não é nem um recado, nem um sinal para que as coisas corram de forma diferente, é um sinal de responsabilização do atual executivo.

E portanto, se há pista que está vaga e onde a Senhora Presidente corre, corrê-la-á sozinha. Porque relativamente a estratégias, que não conhecemos, temos as maiores discordâncias. Porque relativamente a projetos para o futuro, temos as maiores discordâncias.

Mas, pelo menos, para que os portalegrenses e Portalegre não sofram, também, pela falta de implementação dessa sua estratégia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Perante o estado gravoso a que chegou o concelho, a cidade e as suas freguesias, impõem-se medidas novas. Medidas novas que deviam ter o acolhimento das propostas, não só de todos os partidos, mas de todos os membros desta Assembleia Municipal.

Se qualquer um de nós, do PS, fosse Presidente de Câmara não esgotaria a possibilidade de ver o orçamento, que não é um orçamento do CLIP, mas sim um orçamento que se propõe para o concelho, aprovado por unanimidade. Só esgotadas todas essas possibilidades, é que nós temos a certeza de que todos os esforços foram feitos conjuntamente para delinear uma estratégia que fosse de todos e feita por todos. Porque quando nós estamos no debate político podemos debater ideias, limitando-nos à discussão espúria de discutir o caráter das pessoas, em que nos envolvemos, e onde não queremos estar presentes.

Quando debatemos ideias temos a certeza de que contribuimos para o sucesso das comunidades. Podemos ver as ideias aprovadas ou reprovadas, mas sempre na consciência de que as debatemos até essa mesma exaustão.

Quero dizer-lhe com rigor que aquilo que nos move, neste voto de abstenção, é um voto de confiança na cidade de Portalegre, no concelho de Portalegre e em homenagem às freguesias que tanto têm feito pelo concelho de Portalegre, porque quando o município falta há quem o substitua e nos últimos três anos têm sido, imensuravelmente, as freguesias.

Não há portalegrenses maiores ou menores, nem ninguém é titular exclusivo dos pergaminhos do amor a esta cidade e a este concelho, nem da luta que se trava todos os dias, sem exceção, para que nós possamos percorrer o caminho do sucesso. É essa luta que independentemente dos esforços que assumimos nesta Assembleia Municipal, aqui e noutros fóruns, estaremos disponíveis a percorrer.

Mais lhe quero dizer que terá em nós um adversário político frontal, leal e direto, mas também terá em nós um parceiro no sucesso da construção deste concelho.

Na verdade, aquilo que sempre nos moveu foi a possibilidade de transformar a sociedade em que vivemos e este concelho. Não tem sido possível transformá-lo muito, nem temos conseguido catapultar a nossa capacidade, as condições, o nosso esforço para lucrar o trabalho que fazemos todos os dias. Será possível fazê-lo nos próximos meses? Nos próximos anos? Nós estaremos cá todos os dias, assim também queiram que nós estejamos cá.”

Declaração de voto - PSD

“Pela terceira vez, o executivo da Câmara Municipal de Portalegre apresenta à Assembleia Municipal uma proposta de orçamento e GOP para 2016. Pela terceira vez, o executivo volta a apresentar documentos previsionais sem quaisquer alterações significativas ou de fundo, revelando total desconsideração pelas críticas apontadas sistematicamente por toda a oposição.

Lamentamos constatar que o meso executivo que apresentou as anteriores propostas (a primeira em dezembro de 2005 e a segunda em abril de 2016) continua a fazer tábua rasa de todas as considerações apontadas e não alterou nada nos documentos previsionais ora apresentados, para que os pudéssemos viabilizar.

De facto, a “surdez” e indiferença do executivo começa logo por revelar-se aquando das reuniões de suposta audição das forças políticas representadas na Assembleia Municipal, que na verdade são manifestamente pobres e desinteressantes, sem uma verdadeira intenção de ouvir ou englobar.

Vejam: não há, nem nunca houve envio de qualquer documentação aos eleitos pelo PSD na Assembleia Municipal para análise e preparação destas reuniões; as diversas forças políticas foram convocadas a apresentarem-se num vazio de informação sobre orçamento e GOP, tendo-se limitado a receber um mapa contabilístico, um documento informativo sobre o PEDU e outro sobre custos de projetos referentes a ETAR cujas obras nem constam do referido orçamento, a senhora presidente limitou-se a informar que “a base é a mesma das anteriores propostas.”; e finalmente, não houve marcação de qualquer outra reunião.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Estas reuniões não são, pelo óbvio, realizadas com seriedade e profissionalismo, tendo em vista a conciliação dos diversos pontos de vista políticos e a construção de documentos de consenso.

Durante este mandato, viabilizámos por duas vezes, por via da abstenção, o orçamento municipal ao atual executivo. Fizemo-lo com responsabilidade política, apontando as necessárias críticas, acreditando que estas fossem ouvidas e melhorados os documentos futuros. Fomos acentuando o tom das nossas intervenções, mas constatámos apenas total apatia e inoperância do executivo.

Quanto aos documentos agora apresentados, não há qualquer novidade em relação à anterior proposta. Pese embora a responsabilidade incontornável em pagar a dívida, a redução dos níveis de endividamento não deve afunilar a visão estratégica de qualquer executivo. Não deve e não pode! Pelo contrário! É determinante haver uma visão integrada do concelho e a construção de uma estratégia de desenvolvimento! Questionamos de forma simplista o seguinte: o que se propõe no presente orçamento relativamente à atração de investimento e de população? Nada! Tal como nos anteriores.

Votámos contra as duas propostas anteriores de orçamento e GOP para 2016 e apontámos sobejamente as falhas nos documentos apresentados. Apesar de considerarmos que estes são, de facto, documentos fundamentais à gestão do município, não podemos continuar a viabilizar documentos que não preveem NADA para inverter a perda de receitas próprias, documentos totalmente desprovidos de políticas ativas de motivação à realidade económica e social do concelho! São documentos que voltam a padecer de doença mortal, pois são totalmente desprovidos de uma visão sistémica sobre a realidade do concelho, sem qualquer racional de opções políticas, sem planeamento, sem coerência económica, sem ambição estratégica, sem metas e que não enquadram a evolução futura do município, quando deveriam ser ferramentas de resposta à altura dos desafios difíceis que enfrentamos!

Estamos perante um orçamento redutor e penalizador para Portalegre!

Passados quase três anos de governação do executivo CLIP, a proposta de orçamento ora apresentada, de que apenas constam alterações erráticas, é a prova de que este executivo não tem, nem nunca teve um modelo estruturado de desenvolvimento para Portalegre; não tem, nem nunca teve uma visão definida e clara na gestão do concelho!

O que este executivo demonstra é uma grave falta de capacidade para resolver os problemas de Portalegre! O problema não está na dívida! O problema está no abandono a que estamos votados! O problema está no vazio de políticas do executivo!”

Neste momento ausentou-se da sala a Presidente da Câmara.-----

A Presidente da Mesa propôs que se fizesse um intervalo, se o plenário não se opusesse, de dez minutos.-----

Os trabalhos foram retomados.-----

6 - Desafetação do domínio público de duas parcelas de terreno/Zona Industrial de Portalegre

Em causa está a desafetação do domínio público das parcelas com as áreas de área de 931,69 m² e 1.306,79 m², freguesia da Urra, concelho de Portalegre-Zona Industrial e a afetação à via pública, das parcelas de terreno com as áreas de 1.340,69m² e 897,97m², a desanexar da parte rústica, respetivamente do prédio Tapada do Escrivão e do prédio Tapada dos Carteiros, ambos da freguesia da Urra, deste concelho, no âmbito da escritura de permuta a efetuar posteriormente.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Não tendo havido intervenções sobre o assunto passou-se à votação.-----

Deliberação: a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, em 27 presenças, aprovar a proposta.-----

7 - Doação de parcela de terreno com a área de 564 m2/E.N. 246 - Km 31+300 - infraestruturas/acesso (rotunda) ligação à Av.ª das Indústrias

O objeto do ponto é a doação de uma parcela de terreno com a área de 564m2, destinada ao domínio público, a desanexar do prédio “Cabaça Nova”, freguesia da Urra, concelho de Portalegre, inscrito sob o artigo 70, secção F, destinada a integrar a via pública, para construção da Rotunda de inserção na E.N. 246 (Km 31+300 metros) prevista no Plano de Pormenor de Expansão da Zona Industrial de Portalegre.-----

A Presidente da Câmara informou tratar-se da doação de um terreno particular, necessário para ser feita uma rotunda à Zona Industrial. Esta rotunda vai permitir a entrada para o Resort da Abrunheira, o qual está a ser trabalhado a nível da Câmara Municipal de Portalegre. Salientou que se conseguiu trazer um investimento para cá de cerca de 43 milhões e que o projeto da Abrunheira ronda os 200 milhões. Como outros investimentos, aliás. -----

Hugo Capote disse à Presidente da Câmara que quem trouxe o investimento da empresa Jerónimo Martins foi a Serraleite. -----

Deliberação: a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, em 27 presenças, aprovar a doação da referida parcela.-----

8 - Novo regime jurídico do serviço público de transporte de passageiros;

A Presidente da Câmara informou que a Câmara Municipal deliberou se passaria a assumir como Autoridade de Transportes competente quanto aos serviços de transporte de passageiros e que delegaria tal competência nos SMAT, ou seja passariam estes a ser os detentores da gestão dos transportes e que outras Câmaras deliberaram delegar nas comunidades intermunicipais.-----

Raúl Cordeiro referiu que o regime jurídico não obrigava a que as Câmaras Municipais se assumissem como autoridades nos transportes. Portanto, porque é que não resolveu a Câmara assumir-se ela própria uma autoridade e perguntou o que é que tinha ficado estabelecido.-----

A Presidente da Câmara disse que todas as câmaras da região se tinham assumido como tal. Lembrou que existiam as carreiras intermunicipais e as concelhias.-----

O Vereador António Landeiro informou que o novo regime jurídico sobre aquela questão previa que, ao nível concelhio, poderia ser criada a Autoridade de Transportes Municipais, se o Município assim entendesse. Tudo aquilo que era a vertente das carreiras intermunicipais passaria, naturalmente, para a CIMAA. Portanto, no caso concelhio, a Câmara tinha de delegar as competências para a CIMAA, porque algumas das carreiras tinham de ser validadas. Mais disse que se não for o Município a validá-las, teria de ser a CIMAA. No caso concreto de Portalegre, foi assumida a Autoridade nos Transportes Municipais, definindo-se a estrutura, que foi aprovada em reunião de executivo e da qual havia uma série de processos a decorrer e que tinham de ser implementados até 30 de junho. A Câmara entendeu que as carreiras



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

municipais deviam ser feitas com os meios próprios (SMAT). As entidades competentes foram devidamente informadas de todo o processo.-----

Luís Testa disse que votaria contra, por discordar do modelo adotado pelo Município. Era um modelo sui generis, em que o Município se assumia como Autoridade Municipal de Transportes e delegava num operador os poderes da autoridade. Tal não era possível de acontecer numa sociedade de mercado livre. Entendia que quem tinha o poder de Autoridade Municipal não poderia ser, ao mesmo tempo, detentor de um operador. Tal facto colocava o operador em situação de vantagem concorrencial.-----

O Vereador António Landeiro referiu que havia ali uma questão que não se colocava. Os SMAT não estavam em pé de igualdade com a rodoviária, pois eram meios próprios da Câmara Municipal e não um operador.-----

Luís Testa entendia que o Município deveria ser prestador de serviços na área dos transportes. Contudo, não percebia como é que o Município conseguia, ao mesmo tempo, promover um ambiente de concorrência em transportes intermunicipais, tendo delegado a competência na CIMAA, quando tinha um prestador de serviços municipais a fazer aquele serviço. Admitia, inclusive, que Portalegre pudesse ser melhor servido se dispensasse estas tarefas de regulação a uma comunidade intermunicipal, até porque a conjugação dos transportes urbanos, ou concelhios e intermunicipais, beneficiava com o alargamento da escala. O próximo passo de delegação de competências, no distrito todo, numa estrutura supramunicipal permitiria a muitos dos Municípios adquirirem o knowhow que o município de Portalegre tinha.-----

O Vereador António Landeiro informou que a lei é o legislador que a faz. A Câmara não colocou nada na CIMAA. A Câmara tinha a parte concelhia e assumia, ou não, a Autoridade dos Transportes públicos Municipais, levando a reunião do executivo a proposta de delegar as competências para a CIMAA, indo posteriormente à Assembleia Municipal para homologar a possível passagem. A partir do momento em que a Câmara era Autoridade de Transportes Municipal, a própria lei dava-lhe todas as condições de gerir o próprio espaço. A Câmara não vai delegar nem concessionar nenhuma carreira. Acrescentou que existiam carreiras que a Câmara pretendia uniformizar, podendo retirar dividendos financeiros e poupando em despesas, além do facto de que, a médio prazo, o problema ficará definido e resolvido.-----

Luís Testa disse acompanhar o raciocínio do Vereador e disse que tal não colidia com a opção que poderia ter sido tomada de delegar as competências da Autoridade na Comunidade Intermunicipal.-----

O Vereador Landeiro entendia, juntamente com o executivo, que o Município tinha melhores condições técnicas para operar a Autoridade dos Transportes concelhios do que a Comunidade Intermunicipal. A autarquia tinha já o processo em causa resolvido, de acordo com a lei, e nas datas estipuladas. O intuito dos SMAT era desenvolver o transporte flexível, mas para tal necessitava de um outro suporte nas carreiras concelhias (17) que passavam por Portalegre e que eram intermunicipais, as quais já foram validadas junto da CIMAA e que eram feitas pela Rodoviária. Em conclusão, salientou que se estão a reestruturar os serviços de acordo com o que era possível fazer.-----

Rui Simplício perguntou ao Vereador se havia algum estudo financeiro e quais os encargos inerentes.-----

O Vereador António Landeiro informou que havia um estudo que tinham vindo a aprofundar, o qual não se revelou otimista, pois era necessário renovar a frota nos próximos tempos e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

provavelmente com pequenas unidades urbanas. O passo seria relativamente modesto, mas no sentido de tornar a introduzir despesas reduzidas, num setor que é difícil não haver prejuízo.- Luís Testa perguntou qual a relutância para que aquele projeto pudesse ser mais do que meramente municipal e pudesse ser, pois, um projeto supramunicipal. Disse ainda não estar garantido que não houvesse duplicação de recursos, uma vez que podia haver, hipoteticamente, compaginação de rotas intermunicipais e de rotas urbanas. Portanto, se houvesse uma Autoridade de Transportes Intermunicipais única seria mais fácil resolver a duplicidade de rotas, até em sítios onde era admissível o transfer. Por último, referiu que a Autarquia até poderia ser mais ousada, em termos de transportes, e assumir ali um papel liderante no distrito. -----

O Vereador António Landeiro disse que uma coisa não inviabilizava a outra, uma vez que estavam na CIMAA, pertenciam ao grupo de trabalho da mesma, a qual estava a reestruturar as carreiras intermunicipais. Portanto, a realidade era que também a comunidade “bebia” do knowhow do Município e havia ainda outros projetos como o transporte de aproximação. Portanto, existiam ali duas realidades: a distrital e a municipal. -----

Cristóvão Crespo entendia que a primeira reflexão deveria ter sido feita aos Serviços Municipalizados, de modo a saber o que é que era convertido nos transportes e discutir a situação de mercado. Deveria ser acautelada a posição do Município. -----

O Vereador António Landeiro referiu que o Município não tinha dimensão para tal situação. ----

João Cardoso questionou se o novo modelo iria trazer melhor serviço público à população. ----

O Vereador António Landeiro disse não ter dúvidas quanto à melhoria do serviço. Iriam existir mais e melhores carreiras, bem como trajetos mais curtos. Com o puzzle criado, estariam reunidas condições para um serviço rápido e salvaguardar o trajeto das crianças das escolas. Mais disse que aumentando a escala, acabariam por ter melhores condições para fazer carreiras integradas, dentro do concelho. Contudo, a questão dos serviços não tinha nada a ver com a Autoridade dos Transportes Municipais, eram coisas distintas. -----

Jorge Isidro salientou que aquilo servia, única e simplesmente, para dar poderes à Câmara para decidirem, ou não, se eram os SMAT ou outra entidade a fazer o serviço. -----

A Presidente da Câmara acrescentou que a Câmara iria apenas incidir nos transportes que começavam e terminavam no concelho. Os outros estavam na CIMAA e a Câmara não estava fora da comunidade. Quanto aos transportes flexíveis, havia ainda a possibilidade de agendar com as pessoas das freguesias se queriam chegar a Portalegre a uma determinada hora. A resposta às pretensões da população pretendia-se mais eficaz e económica. -----

Terminada a discussão passou-se à votação. -----

Deliberação: a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 20 votos a favor (13 CLIP, 4 CDU, 2 PSD e Jorge Isidro) e 7 abstenções (PS), em 27 presenças, aprovar o ponto discutido. --

9 - Plano de Pormenor da Zona Industrial de Portalegre - 2.ª alteração - Final do período de discussão pública;

O ponto em questão versa sobre a 2ª proposta de alteração ao Plano de Pormenor da Zona Industrial de Portalegre. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A Presidente da Câmara lembrou que aquele assunto já vinha detrás e se tratava apenas do final do período de discussão do mesmo.-----

Não havendo mais intervenções votou-se o ponto.-----

Deliberação: a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, em 26 presenças, aprovar o ponto agendado (não votou Cristóvão Crespo, que estava ausente da sala).-----

10 - 1ª. Revisão ao orçamento de 2016 dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes;

O Vereador António Landeiro informou que a revisão em causa tinha a ver com a introdução do saldo relativamente a 2015 e refletia o reforço em rubricas que tinham a ver com vários investimentos necessários.-----

Não havendo intervenções procedeu-se à votação.-----

Deliberação: a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, em 26 presenças, aprovar a revisão ao orçamento dos SMAT. (João Nuno Cardoso não estava na sala).-----

11 - 1ª Revisão ao plano plurianual de investimento de 2016 dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes;

O Vereador Landeiro disse que o plano plurianual refletia aquilo que eram os investimentos a fazer ao longo do período previsto. Fazia parte de todo o processo que tinha vindo a decorrer. Estavam a tentar melhorar vários aspetos importantes para a atividade ali apresentada.-----

Não havendo intervenções procedeu-se à votação.-----

Deliberação: a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, em 26 presenças, aprovar a revisão ao orçamento dos SMAT. (João Nuno Cardoso não votou o ponto porque não estava na sala).-----

12 - Repartição de encargos em mais de um ano económico para os procedimentos de comunicação de dados, voz e fixos, aluguer de impressoras e plataforma de contratação pública;

A Presidente da Câmara disse que o assunto em questão respeitava à contratação de linhas de comunicação internas de dados e voz e que havia encargos plurianuais.-----

Não havendo intervenções procedeu-se à votação.-----

Deliberação: a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, em 26 presenças, aprovar a revisão ao orçamento dos SMAT. (João Nuno Cardoso não votou o ponto porque não estava na sala).-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

13 - Informação relativa ao contrato de saneamento financeiro, celebrado em 28 de setembro de 2008, entre o município de Portalegre e o BPI, SA - Para conhecimento.

Ofício do BPI, de 31 de maio de 2016, a remeter informação relativo ao contrato de saneamento financeiro celebrado em 28 de setembro de 2008 entre o Município de Portalegre e o BPI, SA. A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

Tendo este ponto vindo para conhecimento e não havendo quem sobre ele se queira pronunciar dão os trabalhos por findos, após aprovação da ata em minuta.

Aprovação da minuta da ata

Colocada a minuta da ata a votação foi a mesma aprovada, por unanimidade dos vinte e seis presentes na sala (João Nuno Cardoso entrou de seguida na sala, mas não votou a minuta da ata).-----

FALTAS: Nos termos da alínea j), do art.º 29.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a mesa da Assembleia Municipal marcou falta ao Sr. Manuel Marques, o qual deveria estar presente em representação de Vera Caixeiro.-----

ENCERRAMENTO:

=====

Não havendo mais assuntos a tratar foi, pela Presidente da Mesa, encerrada a 14.ª sessão ordinária da Assembleia Municipal, eram 02.40 h, do dia 01 de julho do ano de 2016 e da mesma foi lavrada a presente ata, que será devidamente assinada, nos termos da lei.-----